

ANALISTA DE GESTÃO ADVOGADO

12/10/2014

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 15
Matemática	16 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60
Discursiva	1 e 2

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO FOR AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 60 questões da prova objetiva e duas questões da prova discursiva.
2. Cada questão apresenta cinco alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
3. O cartão-resposta e o caderno de resposta da prova discursiva são personalizados e não haverá sua substituição em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-los, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. O desenvolvimento das questões da prova discursiva deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta na cor preta, no respectivo caderno de resposta. RESPOSTAS A LÁPIS NÃO SERÃO CORRIGIDAS E TERÃO PONTUAÇÃO ZERO.
5. O caderno de resposta será despersonalizado antes da correção. Para a banca corretora, você será um candidato anônimo. Desenhos, recados, orações ou mensagens, inclusive religiosas, nome, apelido, pseudônimo ou rubrica escritos na folha de respostas são considerados elementos de identificação. Se houver alguma ocorrência de caso como os mencionados anteriormente, sua prova será desconsiderada e atribuir-se-lhe-á pontuação ZERO.
6. O caderno de resposta definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho no caderno de questões são de preenchimento facultativo e, por isso não terão valor para tal finalidade.
7. O tempo de duração das provas é de cinco horas, já incluídos nesse período a marcação do cartão-resposta, o preenchimento do caderno de resposta, a leitura dos avisos e a coleta da impressão digital.
8. Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em Relatório de Sala e nele posicionadas suas respectivas assinaturas.
9. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **três horas** de prova e poderá levar o caderno de questões somente após as **17 horas**, desde que permaneça em sala até esse momento.
10. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA E O CADERNO DE RESPOSTAS DA PROVA DISCURSIVA AO APLICADOR DE PROVA.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que segue. As questões de **01** a **11** referem-se a ele.

DE VOLTA À ORIGEM

Até 2100, metade dos jovens com menos de 18 anos será africana

Quando se olha da nova estrada de contorno a ser
5 pentear pelos morros verdes na borda sudoeste de Nairóbi, os telhados da Favela de Kibera parecem milhares de barracos amarrados uns aos outros em um agitado porto da era colonial. Os barracos são tão próximos uns dos outros que os telhados finos quase se tocam sobre os becos, esconden-
10 do o denso fluxo de moradores.

Centenas se espremem sob cada folha de lata. As escolas estão abarrotadas. Os morros circundantes talvez não fiquem verdes por muito tempo. Nairóbi devora terras. Um novo estudo da Unicef, a agência da ONU dedicada à infân-
15 cia, indica que, até 2100, pelo ritmo atual, quase a metade das crianças com menos de 18 anos do mundo será de africanos. No momento, a porcentagem é de apenas 25%.

Essa seria uma das mudanças demográficas mais drásticas da história. Até o fim deste século, se os atuais pa-
20 drões demográficos se mantiverem por mais 85 anos (o que talvez não aconteça), a África teria 4,2 bilhões de habitantes, ante 1,1 bilhão atual. A Nigéria, cuja massa de terra é semelhante à do Paquistão ou da Venezuela, aumentaria de 180 milhões hoje para 910 milhões, e registraria um em
25 cada 12 nascimentos no mundo.

“O futuro da humanidade é cada vez mais africano”, diz o relatório da Unicef, que mostra “uma mudança maciça na população infantil mundial em direção à África”. O número de africanos com menos de 18 anos poderá inchar
30 em dois terços e alcançar quase 1 bilhão em 2050, mesmo se as taxas de mortalidade infantil continuarem relativamente altas. Os novos números assumem uma redução das taxas de fertilidade ao longo do tempo, enquanto a prosperidade aumenta.

Mas a África parece incomum pelo fato de o crescimento econômico na última década não ter cortado a fertili-
35 dade como fez em outros lugares. Os índices de fertilidade em alguns países africanos estagnaram, em vez de cair constantemente, como aconteceu em toda a Ásia Oriental e a América Latina.

[...] O índice total de fertilidade da África, o número de filhos que uma mulher pode esperar ter durante sua vida, é 4,7. Nos Estados Unidos é 2. Na Ásia Oriental, 1,7.

A geração de riqueza pode acompanhar o crescimen-
45 to da população? Um novo estudo, desenvolvido na África do Sul, pretende medir o tamanho da classe média africana, definida como quem ganha ao menos 450 dólares por mês. Esse grupo triplicou nas 11 maiores economias do continente, de menos de 5 milhões em 2000 para 15 milhões
50 hoje. Nos próximos 15 anos, seus números poderão aumentar mais 25 milhões. O PIB das maiores economias também cresceu mais depressa. A ascensão demográfica da África é excepcional, mas há certa esperança de que o continente consiga enfrentá-la.

— QUESTÃO 01 —

O título “De volta à origem” faz uma alusão

- (A) à faixa etária da infância em que se baseia o estudo realizado pela agência da ONU.
- (B) à máxima bíblica de crescimento e de multiplicação dos homens registrada no livro do Gênesis.
- (C) ao lugar onde hipoteticamente surgiu o primeiro homem na Terra, do ponto de vista da ciência.
- (D) à crise demográfica vivida pelos povos das primeiras civilizações existentes no planeta.
- (E) ao retrocesso vivido contemporaneamente pela humanidade, por perder o controle da natalidade.

— QUESTÃO 02 —

No *lead* do texto, a flexão da palavra *africana*, no feminino,

- (A) acumula a função de indicar projeção futura de um evento.
- (B) prepara a palavra para receber outras bases lexicais indicativas de origem.
- (C) integra o fenômeno da derivação, porque designa *lugar de origem*.
- (D) constitui uma incorreção, porque deveria concordar com a palavra *jovens*.
- (E) concorda com o núcleo do sintagma nominal *metade dos jovens*.

— QUESTÃO 03 —

Da frase “Nairóbi devora terras”, depreende-se que

- (A) o espaço tem ainda características rurais.
- (B) o continente africano é regido pela lei do mais forte.
- (C) a cidade de Nairóbi está se expandindo pelos campos.
- (D) a economia da capital do Quênia se assemelha à dos tigres asiáticos.
- (E) a atividade agrícola do lugar ajuda a amenizar o problema da fome.

— QUESTÃO 04 —

A construção que relaciona, de maneira explícita, o primeiro parágrafo com as ideias desenvolvidas nos próximos parágrafos é a seguinte:

- (A) *nova estrada de contorno.*
- (B) *morros verdes na borda sudoeste de Nairóbi.*
- (C) *telhados finos quase se tocam.*
- (D) *denso fluxo de moradores.*
- (E) *porto da era colonial.*

— QUESTÃO 05 —

Predomina no texto uma visão negativa do crescimento populacional. Essa visão é marcada linguisticamente

- (A) pelo uso de verbos como *inchar*, *cair*, *enfrentar*, os quais denotam que a explosão demográfica é um problema.
- (B) pelo emprego de metáforas, como *serpenteiar*, para se fazer analogia entre o perigo representado por uma serpente e a população em excesso.
- (C) pelo uso de expressões comparativas — *semelhante à, como* — que contribuem para estabelecer semelhanças entre a África e outros lugares.
- (D) pelo emprego de aspas duplas para se fazer referência ao relatório produzido pela Unicef.
- (E) pelo sentido restritivo da palavra *apenas*, usada para mostrar o atual percentual de crianças africanas no mundo.

— QUESTÃO 06 —

Em relação ao estudo realizado pela Unicef, conclui-se que

- (A) a taxa de mortalidade infantil na África continuará crescendo.
- (B) a África concentrará aproximadamente 50% de pessoas com menos de 18 anos do mundo.
- (C) a taxa de fertilidade na África aumentou devido ao crescimento econômico do continente na última década.
- (D) a África, assim como a Ásia Oriental e a América Latina, reduziu os índices de fertilidade.
- (E) a taxa de fertilidade na África se equipara à taxa de fertilidade dos Estados Unidos e da Ásia Oriental.

— QUESTÃO 07 —

Em relação ao sentido do texto e aos seus aspectos linguísticos, considera-se que

- (A) a palavra “centenas” (linha 11) retoma “telhados” (linha 6).
- (B) o verbo “inchar” (linha 29) pode ser substituído por estancar sem prejuízo de sentido.
- (C) o sujeito de “parecem” (linha 6) refere-se a “morros verdes” (linha 5).
- (D) o pronome “-la” (linha 54) refere-se à palavra “esperança” (linha 53).
- (E) a palavra “maciça” (linhas 27-28) tem o mesmo sentido de “densa”.

— QUESTÃO 08 —

No trecho “O número de africanos com menos de 18 anos poderá inchar em dois terços e alcançar quase 1 bilhão em 2050, mesmo se as taxas de mortalidade infantil continuarem relativamente altas”, a palavra *mesmo* tem a função de

- (A) retomar por meio da referência um elemento linguístico citado anteriormente.
- (B) introduzir a possibilidade de amenização do problema, mas sem prever efeito positivo.
- (C) apresentar o argumento mais forte da sequência enunciativa à qual se contrapõe.
- (D) expressar a convicção do enunciador de que aquilo que enuncia tem efetivo valor de verdade.
- (E) marcar o desejo do enunciador de que haja redução do número de crianças e jovens.

— QUESTÃO 09 —

No trecho “‘O futuro da humanidade é cada vez mais africano’, diz o relatório da Unicef, que mostra ‘uma mudança maciça na população infantil mundial em direção à África’”, a palavra *que* tem uma função coesiva porque se refere à expressão:

- (A) *futuro da humanidade.*
- (B) *mudança maciça.*
- (C) *relatório da Unicef.*
- (D) *população infantil.*
- (E) *direção à África.*

— QUESTÃO 10 —

No trecho “A Nigéria, cuja massa de terra é semelhante à do Paquistão ou da Venezuela, aumentaria de 180 milhões hoje para 910 milhões [...]”, o uso da vírgula tem como função

- (A) isolar uma oração subordinada adjetiva.
- (B) separar o adjunto adverbial.
- (C) separar uma oração coordenada assindética.
- (D) isolar o vocativo.
- (E) separar uma oração coordenada sindética.

— QUESTÃO 11 —

A argumentação do texto está organizada em torno da seguinte relação de condicionalidade:

- (A) se as taxas de mortalidade infantil continuarem altas, a África não correrá o risco de concentrar a maior população de crianças do mundo.
- (B) o aumento da prosperidade resultará no aumento da taxa de fertilidade.
- (C) se o número de crianças aumentar, a taxa de mortalidade também aumentará.
- (D) se os padrões demográficos atuais mantiverem-se por mais alguns anos, a África será o continente de maior população jovem do mundo.
- (E) o aumento da quantidade de crianças tornará a África um continente ainda mais pobre.

Leia a charge para responder às questões de 12 a 14.



Disponível em:
< <http://humortadela.bol.uol.com.br/charges/77338>>. Acesso em:
29 ago. 2014.

— QUESTÃO 12 —

Na charge, a atitude do “flanelinha” ilustra uma situação comum nos principais centros urbanos brasileiros. O argumento do motorista introduzido pela palavra *mas* indica:

- (A) indignação.
- (B) preocupação.
- (C) compaixão.
- (D) satisfação.
- (E) obstinação.

— QUESTÃO 13 —

No texto, a palavra *aí* tem a função de

- (A) propor correção de falhas na comunicação.
- (B) abrandar o conteúdo do enunciado.
- (C) demarcar o início de uma interação verbal.
- (D) conectar unidades comunicativas.
- (E) indicar mudança de tópico.

— QUESTÃO 14 —

O aspecto que contribui para que o texto seja humorístico é:

- (A) a expressão pacata do flanelinha.
- (B) o uso metafórico do verbo *olhar*.
- (C) a hierarquia estabelecida pela palavra *chefia*.
- (D) a negociação entre o motorista e o flanelinha.
- (E) o olhar de indignação do motorista.

— QUESTÃO 15 —

Leia a tira a seguir.



Disponível em: <<http://humorsublime.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 6 set. 2014. (Adaptado).

Nos quadrinhos, o humor é gerado pela

- (A) ambiguidade categorial da palavra *um*, que pode ser numeral e artigo indefinido.
- (B) ausência de uma interpretação metonímica da expressão *cabeças de gado* pelo personagem Chico Bento.
- (C) relatividade que deve ser aplicada aos conceitos de riqueza e pobreza.
- (D) concorrência entre os dois personagens para ver quem é o melhor.
- (E) diferença de significado existente entre as palavras *gado* e *boi*.

— RASCUNHO —

MATEMÁTICA**— QUESTÃO 16 —**

Um representante de uma empresa atacadista visita regularmente uma determinada cidade de quatro em quatro dias. Começou a fazer a visita em uma segunda-feira e retornou pela segunda vez na sexta-feira seguinte, e assim sucessivamente. Nessas condições, na octogésima quinta vez que o representante visitar a cidade, o dia da semana será uma

- (A) segunda-feira.
- (B) terça-feira.
- (C) quarta-feira.
- (D) quinta-feira.
- (E) sexta-feira.

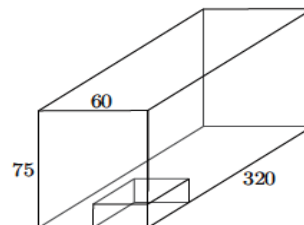
— QUESTÃO 17 —

Uma cliente comprou uma certa quantidade de pares de sapato por R\$ 720,00, pagando o mesmo valor por par. Se ela tivesse levado seis pares a mais, teria obtido um desconto de R\$ 20,00 no preço individual de cada par, pagando o mesmo valor de R\$ 720,00. De acordo com essas informações, a quantidade de pares de sapato que essa cliente comprou foi:

- (A) 6
- (B) 8
- (C) 10
- (D) 12
- (E) 14

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 18 —**

A figura a seguir representa um bloco retangular com 320 cm de comprimento, 60 cm de largura e 75 cm de altura. Será retirado desse bloco um bloco menor, também retangular, com 80 cm de comprimento, 30 cm de largura e 15 cm de altura.



Tendo em vista as informações apresentadas, a razão entre o volume retirado e o volume total do bloco é igual a

- (A) $1/5$
- (B) $1/10$
- (C) $1/15$
- (D) $1/20$
- (E) $1/40$

— QUESTÃO 19 —

Toda vez que Paulo vai à boate, ele toma quatro cervejas. Em um mês, ele gastou R\$ 300,00 tomando um total de 40 cervejas e indo à boate cinco vezes. Se Paulo tivesse tomado somente duas cervejas cada vez que foi à boate, com essa economia ele poderia ter ido à boate mais uma vez, tomando também duas cervejas em cada ocasião. Considerando que Paulo pagou sempre o mesmo valor por cerveja, independente de onde as tomou, e que o valor do ingresso para entrar na boate foi sempre o mesmo, o valor pago por Paulo por cerveja foi:

- (A) R\$ 3,50
- (B) R\$ 3,75
- (C) R\$ 4,00
- (D) R\$ 4,25
- (E) R\$ 4,50

— QUESTÃO 20 —

Uma empresa aérea aluga um avião, com 180 lugares, para uma agência de viagem, que organiza excursões com a seguinte condição: se todos os 180 lugares forem ocupados cada passageiro pagará R\$ 600,00; caso contrário, cada passageiro pagará um adicional de R\$ 20,00 por cada lugar não ocupado. Considerando uma viagem em que dez lugares não foram ocupados, o valor, em reais, que a empresa aérea receberá pela viagem será de:

- (A) 108.000,00
- (B) 118.000,00
- (C) 136.000,00
- (D) 150.000,00
- (E) 180.000,00

— QUESTÃO 21 —

Leia o texto que segue.

Segundo a FAO, a produção mundial de alimentos terá que crescer bastante até 2050 para suprir as crescentes necessidades da população mundial. A entidade estima que haverá 2,3 bilhões de pessoas a mais para alimentar em 2050. Por exemplo, a produção de carne terá que ser elevada de 270 milhões de toneladas para 470 milhões de toneladas.

Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/producao-mundial-de-alimentos>>. Acesso em: 6 set. 14. (Adaptado).

Segundo o texto, a taxa de crescimento da produção de carne dos dias atuais até 2050 será, aproximadamente, igual a:

- (A) 70%
- (B) 74%
- (C) 170%
- (D) 174%
- (E) 200%

— QUESTÃO 22 —

Um feirante vende o copo de caldo de cana de 400 ml por R\$ 3,00 e o copo de 500 ml por R\$ 4,00. Considerando o valor de R\$ 3,00 para o copo de 400 ml, o valor que o copo de 500 ml deveria custar para que o valor cobrado fosse proporcional à quantidade vendida deveria ser de:

- (A) R\$ 3,20
- (B) R\$ 3,45
- (C) R\$ 3,60
- (D) R\$ 3,75
- (E) R\$ 4,00

— QUESTÃO 23 —

A soma dos seis primeiros termos de uma progressão geométrica de razão 3 é igual a 910. Qual é o primeiro termo dessa progressão geométrica?

- (A) 1,7
- (B) 2,5
- (C) 3,2
- (D) 4,5
- (E) 4,8

— QUESTÃO 24 —

Leia o texto.

Embora o Brasil tenha sediado um dos maiores eventos mundiais do esporte como a Copa do Mundo de 2014, 62% dos brasileiros não praticam nenhum tipo de esportes. Considere que hoje a população brasileira de mulheres é de 103,6 milhões e que, para cada grupo de 95 homens, existem 100 mulheres.

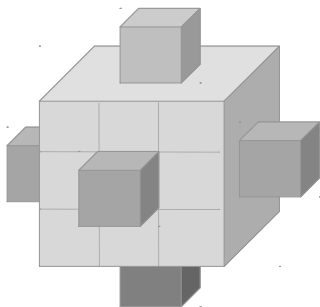
Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em : 5 set. 14. (Adaptado).

De acordo com os dados apresentados, a quantidade de brasileiros, em milhões, que não faz nenhum tipo de esporte é, aproximadamente, igual a:

- (A) 64,23
- (B) 76,95
- (C) 103,60
- (D) 125,25
- (E) 132,14

— QUESTÃO 25 —

A figura a seguir mostra um cubo de aresta $a = 3$ cm, no qual foram colocados, no centro de todas as faces, novos cubos com arestas medindo 1 cm. Este processo pode ser continuado, ou seja, em uma segunda iteração, pode-se colocar, no centro das faces dos novos cubos, outros cubinhos com aresta igual a $1/3$ da aresta anterior, e assim sucessivamente.



De acordo com o raciocínio apresentado, o volume do sólido, em cm^3 , obtido após a segunda iteração é igual a:

- (A) 299/9
- (B) 301/9
- (C) 307/9
- (D) 309/9
- (E) 316/9

— QUESTÃO 26 —

Um comerciante organizou um cadastro de seus clientes utilizando um código de identificação com quatro dígitos: o primeiro como uma letra vogal e os outros três como caracteres numéricos, de 0 a 9. O comerciante almeja expandir o seu negócio, levando-o inclusive para cidades do interior, e, para isso, pretende ter um cadastro único de seus clientes. Mediante um estudo, ele constatou que a quantidade de clientes esperada será sete vezes maior que a quantidade que o seu cadastro inicial seria capaz de suportar. Nessas condições, para que o novo código comporte a quantidade de clientes esperada, o comerciante deverá

Use o alfabeto com 26 letras

- (A) manter quatro dígitos, substituindo a vogal por uma consoante.
- (B) criar um código com cinco dígitos, sendo duas vogais e três números de 0 a 9.
- (C) manter o código atual trocando a vogal por uma letra qualquer do alfabeto.
- (D) criar um código com cinco dígitos, acrescentando no atual um número par de 0 a 9.
- (E) manter quatro dígitos, substituindo a vogal e um dos três números por uma consoante.

— QUESTÃO 27 —

A tabela a seguir mostra a quantidade de calorias existentes em alguns alimentos consumidos em nossas refeições.

Alimento	Unidade	Peso(gramas)	Calorias
Presunto cozido	1 fatia	15	54
Batata frita	10 palitos	100	274
Pão francês	1	50	135

Disponível em:

<http://www4.faac.unesp.br/pesquisa/nos/bom_apetite/tabelas/cal_ali.htm>.

Acesso em: 5 set. 14. (Adaptado).

Uma pessoa deseja fazer um lanche utilizando somente os alimentos citados na tabela. Esse lanche deverá pesar 260 gramas e ter 760 calorias. Considerando que ela tenha colocado a mesma quantidade de gramas de pão francês e de batata frita, a quantidade em gramas de presunto cozido no lanche será igual a:

- (A) 60
- (B) 100
- (C) 180
- (D) 220
- (E) 260

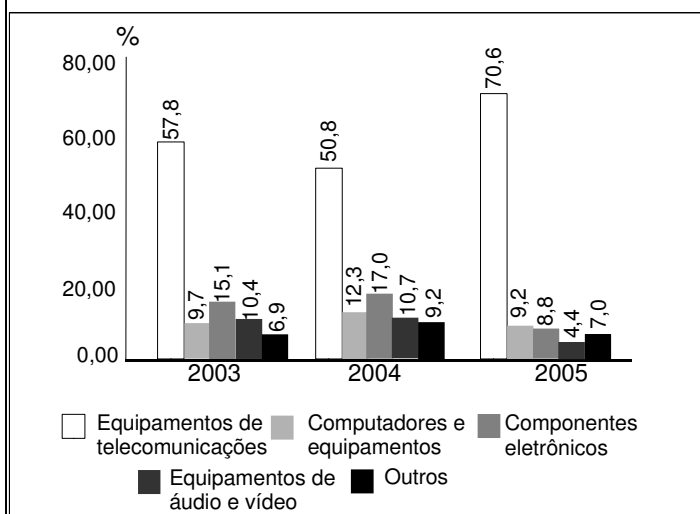
— QUESTÃO 28 —

Dois dados são lançados simultaneamente e são considerados os números que aparecem nas faces voltadas para cima. A probabilidade de que um dos dois números que aparecem na face superior seja um divisor do outro número é de:

- (A) $4/18$
- (B) $5/18$
- (C) $7/18$
- (D) $8/18$
- (E) $11/18$

— QUESTÃO 29 —

O gráfico a seguir apresenta a participação dos produtos do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no total das exportações do setor no Brasil, no período de 2003 a 2005.



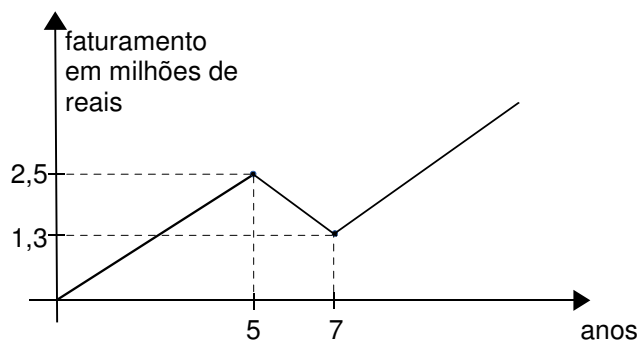
Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/stic/>. Acesso em: 8 set. 14. (Adaptado).

De acordo com os dados apresentados no gráfico, se em 2006 a participação dos equipamentos de áudio e vídeo fosse igual à média aritmética dos valores apresentados no gráfico, ela seria, em porcentagem, de:

- (A) 8,5
- (B) 10,4
- (C) 13,6
- (D) 14,8
- (E) 20,0

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 30 —**

Uma empresa teve um crescimento de faturamento durante os primeiros cinco anos, mas perdeu faturamento nos dois próximos anos e, por meio de um plano de recuperação, retomou o crescimento do seu faturamento, como mostra a figura a seguir.



Considerando que, com o plano de recuperação da empresa, o faturamento no oitavo ano foi igual ao faturamento do sexto ano, essa empresa teve, no décimo ano, um faturamento, em milhões de reais, igual a:

- (A) 2,7
- (B) 2,9
- (C) 3,1
- (D) 3,7
- (E) 4,2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**— QUESTÃO 31 —**

A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- (A) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão, cabendo à lei complementar estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse social.
- (B) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos que tenham sido aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (C) a lei complementar poderá criar autarquia e autorizar a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária específica, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- (D) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (E) os cargos, empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei, observando que os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

— QUESTÃO 32 —

De acordo com o que disciplina a Constituição Federal, em relação ao Sistema Tributário Nacional, no tocante aos seus princípios gerais e às limitações ao poder de tributar,

- (A) a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (B) o disciplinamento sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cabe à lei complementar, resguardando-se à lei ordinária a regulação sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- (C) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis.
- (D) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, sendo proibida a cobrança da contribuição na fatura de consumo de energia elétrica.
- (E) a exigência ou o aumento de tributo sem lei que o estabeleça e a cobrança de tributos antes de decorridos sessenta dias da data da publicação da lei que os instituiu ou aumentou são condutas vedadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 33 —

Na organização dos poderes no Estado brasileiro, o Poder Legislativo em âmbito federal é exercido pelo Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Nesse sentido, consoante o que disciplina a Constituição Federal,

- (A) a Câmara dos Deputados é composta de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos.
- (B) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão três senadores, com mandato de oito anos.
- (C) a representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços, e cada senador será eleito com um suplente.
- (D) as deliberações de cada Casa e de suas comissões, salvo disposição constitucional em contrário, serão tomadas por maioria absoluta dos votos, presente a maioria de seus membros.
- (E) ao Congresso Nacional, independente da sanção do Presidente da República, cabe dispor sobre o sistema tributário e a arrecadação, e ainda acerca da distribuição de rendas.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 34 —**

Com o fim de garantir o bom funcionamento da Justiça, dando-lhe maior eficácia e amplitude em seu acesso pelos jurisdicionados, o legislador constituinte inseriu capítulo próprio na Constituição Federal acerca das funções essenciais à Justiça, que compreende o seguinte:

- (A) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ficando a cargo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a execução da dívida ativa de natureza tributária.
- (B) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Procurador-Geral da União, de livre nomeação pelo presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (C) os procuradores dos Estados e do Distrito Federal têm a estabilidade assegurada após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho pelos órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- (D) o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei, tendo como princípios institucionais da advocacia pública a indivisibilidade e a independência funcional.
- (E) a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

— QUESTÃO 35 —

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e na gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. Nessa esteira, e em conformidade com a Lei n. 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições:

- (A) a percepção de vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (B) o recebimento de vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício ou declaração a que esteja obrigado.
- (C) a revelação de fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (D) a permissão ou facilitação de aquisição, de permuta ou de locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (E) a negligência na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

— QUESTÃO 36 —

Para os fins da Lei n. 8.666/1993, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

- (A) pareceres, perícias, avaliações em geral e, inclusive, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- (B) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias, salvo as financeiras ou tributárias.
- (C) fiscalização e supervisão de obras ou serviços, excluindo o seu gerenciamento.
- (D) patrocínio ou defesa de causas administrativas, sendo vedadas as judiciais.
- (E) restauração de obras de arte e bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

— QUESTÃO 37 —

Na organização da Administração Pública existe uma série de normas jurídicas que disciplinam a competência, a natureza jurídica, as formas de atuação e demais características do exercício da função administrativa. A esse respeito, deve-se considerar o seguinte:

- (A) as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da administração indireta do Estado.
- (B) as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da administração direta do Estado.
- (C) as agências reguladoras são constituídas sob a forma de empresas públicas.
- (D) as sociedades de economia mista devem ter a forma de sociedades anônimas.
- (E) a proibição de acumular seus empregos com cargos e funções públicas é inaplicável aos empregados das sociedades de economia mista.

— QUESTÃO 38 —

A exteriorização da vontade da Administração Pública se dá por meio de atos administrativos emanados por seus agentes ou delegatários. No tocante às espécies, à anulação, à revogação e à caducidade do ato administrativo,

- (A) decretos, alvarás e licenças são espécies de ato administrativo quanto à sua forma de exteriorização.
- (B) permissões e autorizações são espécies de atos administrativos quanto ao seu conteúdo.
- (C) caducidade é a perda dos efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava o ato.
- (D) revogação é um instrumento jurídico pelo qual a Administração Pública promove o desfazimento de um ato administrativo por vício ou ilegalidade.
- (E) anulação é um instrumento jurídico pelo qual a Administração Pública promove a retirada de um ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade.

— QUESTÃO 39 —

Podem ser consideradas práticas abusivas aquelas em desconformidade com os padrões mercadológicos de boa conduta em relação ao consumidor. Assim, à luz do que disciplina a Lei n. 8.078/1990,

- (A) o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor idêntico ao que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável, conforme se apurar em procedimento próprio.
- (B) o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente deverão constar em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor.
- (C) os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, sendo vedada a inclusão de informações negativas referentes a período superior a dois anos.
- (D) o consumidor, quando encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de dez dias úteis, comunicar a alteração direta e resritivamente ao consumidor lesado.
- (E) a consumação da prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor não impede que sejam fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações relativas ao respectivo débito, mesmo que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 40 —**

Em conformidade com a Lei n. 8.078/1990, a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Sobre os mecanismos da tutela coletiva previstos no Código de Defesa do Consumidor, deve-se considerar o seguinte:

- (A) as ações coletivas relativas a interesses ou direitos difusos e a interesses ou direitos coletivos induzem litispendência para as ações individuais.
- (B) os interesses ou direitos difusos têm como titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- (C) os interesses ou direitos coletivos são de natureza indivisível, cujos titulares são pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- (D) a sentença fará coisa julgada *erga omnes* em todos os casos.
- (E) os interesses ou direitos individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum.

— QUESTÃO 41 —

Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, de forma contínua. Nesse sentido, conforme disciplina o Código de Defesa do Consumidor,

- (A) o fornecedor responde, desde que comprovada a existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- (B) as pessoas jurídicas serão compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, nos casos de descumprimento, total ou parcial, dessas obrigações.
- (C) a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços exime-o de responsabilidade.
- (D) a garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, salvo se houver sobre essa garantia a exoneração contratual do fornecedor.
- (E) o fabricante, o construtor ou importador e o que realizou a incorporação são, respectivamente, responsáveis, de forma subsidiária, pelo dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço.

— QUESTÃO 42 —

No tocante ao tema relativo aos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral e seus agentes,

- (A) dá-se corrupção passiva quando o funcionário público solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceita promessa de tal vantagem.
- (B) consiste em prevaricação a ação de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (C) ocorre advocacia administrativa o ato de retardar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse pessoal.
- (D) considera-se funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função pública, desde que o exercício não seja transitório e sem a respectiva remuneração.
- (E) equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, sendo inaplicável àquele que trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 43 —**

Nos termos da Constituição Federal, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. No que diz respeito aos princípios gerais da atividade econômica,

- (A) a União exercerá, na forma da lei, como agente normativo e regulador da atividade econômica, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (C) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- (D) as empresas de quaisquer espécies constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país terão tratamento favorecido.
- (E) o livre exercício de qualquer atividade econômica é assegurado a todos, desde que haja autorização de órgão público.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 44 —

Considerando o teor da Lei de Introdução ao Código Civil – denominada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro pela Lei 12.376/10 – e tendo em vista os aspectos que envolvem a interpretação e integração das leis, sua vigência e aplicação no tempo e espaço,

- (A) a interpretação histórica, concebida como um dos métodos interpretativos pátrios, tem por objetivo adaptar o sentido ou a finalidade da norma às novas exigências sociais, em atenção às demandas do bem comum.
- (B) a integração legislativa disciplinada pela Lei de Introdução às Normas do Direito prevê os mecanismos da analogia, dos costumes, dos princípios gerais de direito e equidade, que, conforme doutrina majoritária, obedecem entre si a uma hierarquia, ainda que relativa.
- (C) a obrigação destinada a ser executada no Brasil, e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos intrínsecos do ato.
- (D) a prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- (E) a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, ressalvados os bens imóveis, para os quais observar-se-á o critério da localização.

— QUESTÃO 45 —

O ordenamento jurídico cuida dos fatos ocorridos no cotidiano que possam ser considerados juridicamente relevantes, dando-lhes regramento legislativo. Assim, no que concerne aos fatos jurídicos,

- (A) a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo, neste caso, se for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (B) a anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- (C) a interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; contudo a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
- (D) a decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico opera-se no prazo de quatro anos, contados, no caso de erro, dolo, fraude contra credores ou coação, do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- (E) a determinação do Código Civil é no sentido de que, salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

— QUESTÃO 46 —

Considerando a temática que envolve o direito das obrigações e os contratos, observadas especialmente as regras do digesto civil pátrio, tem-se que,

- (A) no pagamento, quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo de ofício, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.
- (B) na mora, responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, salvo honorários de advogado, executáveis somente em juízo.
- (C) na cessão de crédito, o cedente, responsável ao cessionário pela solvência do devedor, não responde por mais do que daquele recebeu, com os respectivos juros, mas tem de ressarcir-lhe as despesas da cessão.
- (D) nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, contudo podem as partes, por cláusula expressa, reforçar ou diminuir, mas não excluir a responsabilidade pela evicção.
- (E) na sub-rogação legal, o sub-rogado não poderá exercer os direitos e as ações do credor, senão até à soma que tiver desembolsado para desobrigar o devedor.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 47 —**

O tema da responsabilidade civil assume especial relevância no cotidiano hodierno, em que o cidadão encontra-se cada vez mais consciente de seus direitos e da viabilidade plena de acesso ao Judiciário para sua concretização. Neste sentido,

- (A) as regras expostas no Código Civil de 2002 relativas ao tema da responsabilização civil informam que a responsabilidade por ato de terceiro é, em regra, subjetiva, com presunção relativa de culpa.
- (B) o dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, ainda que a necessidade não fosse evidentemente manifesta.
- (C) os pais respondem pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, e o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- (D) a obrigação quando for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, somente apurar-se-á o valor das perdas e dos danos na forma que o juiz ponderar.
- (E) o Código Civil 2002 dispõe, considerando ser a instância civil independente da criminal, que é possível questionar a existência do fato e sua autoria, mesmo quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 48 —

No processo civil, além do juiz, as partes aparecem como as figuras centrais na composição da lide, que admite também a eventual intervenção de terceiros. Neste contexto,

- (A) o litisconsórcio se manifesta quando duas ou mais pessoas puderem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, e entre as causas houver conexão pelo objeto e pela causa de pedir.
- (B) a assistência permite que o assistente atue como auxiliar da parte principal, exercendo os mesmos poderes e sujeitando-se aos mesmos ônus processuais que o assistido; caso este seja revel, o assistente será considerado seu gestor de negócios.
- (C) a oposição, com modalidade de intervenção de terceiro, oferecida antes da audiência, será inserida nos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.
- (D) a nomeação à autoria não é cabível na ação de indenização, intentada pelo proprietário ou pelo titular de um direito sobre a coisa, quando o responsável pelos prejuízos alegar que praticou o ato por ordem de terceiro.
- (E) a denunciação da lide, quando feita pelo autor, viabiliza que o denunciado, comparecendo, assum a posição de litisconsorte do denunciante, sendo-lhe vedado o aditamento da petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 49 —**

Tendo como base o rito ordinário previsto no Código de Processo Civil Brasileiro, especificamente situando-se nas fases da petição inicial, resposta do réu e sentença, tem-se que

- (A) a matéria controvertida, quando for unicamente de direito, e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, após a citação, o juiz proferirá sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- (B) a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos é permitida, desde que entre eles haja conexão, seja competente para conhecer deles o mesmo juízo e o tipo de procedimento seja adequado para todos os pedidos.
- (C) a contestação é o momento em que compete ao réu alegar toda a matéria de defesa e, antes de discutir o mérito, alegar matérias preliminares, tais como incompetência absoluta, litispendência, coisa julgada, preempção, prescrição e decadência.
- (D) o réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa, ressalvado que a desistência da ação inviabiliza o prosseguimento da reconvenção.
- (E) a sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, ainda que a condenação seja genérica.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 50 —

A irresignação em face de uma decisão prolatada no processo judicial deve ser manifestada, via de regra, pela interposição do recurso cabível, observada a forma e os prazos estabelecidos em lei. Assim, de acordo com a sistemática recursal na legislação processual civil vigente no direito pátrio,

- (A) a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, e, quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais. Ficam também submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença, ainda não decididas.
- (B) o autor e réu, quando figurarem ambos como vencidos, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte, ficando o recurso adesivo subordinado ao recurso principal, não sendo prejudicado, contudo, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
- (C) a decisão interlocutória proferida na audiência de instrução e julgamento poderá ser desafiada por agravo na forma retida, que deve ser interposto oralmente ou por memoriais no prazo da lei, devendo o agravante requerer que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.
- (D) o recurso extraordinário será admitido pelo Supremo Tribunal Federal, quando a questão constitucional nele versada oferecer repercussão geral, sendo esta aferida considerando a existência de questões relevantes do ponto de vista econômico ou político, desde que não ultrapassem os interesses subjetivos da causa.
- (E) os embargos infringentes são cabíveis em face de acórdão não unânime que houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, o embargante poderá requerer ao Tribunal que analise todos os fundamentos recursais objeto de controvérsia.

— QUESTÃO 51 —

A busca pela satisfação de um direito reconhecido judicial ou extrajudicialmente deve ocorrer por intermédio de um processo de execução ou pela fase executiva processual, conforme o caso. Neste contexto, especialmente considerando a abordagem trazida pela legislação processual civil correlata, tem-se que

- (A) o fiador, quando executado, poderá nomear à penhora bens livres e desembargados do devedor; todavia, caso o fiador pague a dívida, extingue-se o processo executivo originário, devendo o fiador executar o afiançado em processo executivo autônomo.
- (B) o devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado no prazo de três dias, para entregar a coisa ou efetuar o pagamento da dívida; caso não o faça, o oficial de justiça procederá à busca e apreensão de seus bens, tantos quantos bastem para garantir a execução.
- (C) os embargos na execução contra a Fazenda Pública poderão versar sobre qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que posteriores à propositura do processo de conhecimento.
- (D) a execução fiscal, regida pela Lei n. 6.830/80, traz em si a prerrogativa de que a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
- (E) o juiz da execução fiscal suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou os bens sobre os quais recaia a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição; contudo, somente após decorrido o prazo de um ano, o Juiz ordenará de plano o arquivamento definitivo dos autos e a extinção da execução.

— QUESTÃO 52 —

Situando-se no contexto das fontes e dos princípios relacionados ao Direito do Trabalho,

- (A) a Consolidação das Leis do Trabalho consigna que, na falta de disposições legais ou contratuais, o Juiz decidirá conforme o caso, pela jurisprudência, analogia, equidade, valores sociais da livre iniciativa e outros princípios do direito, principalmente os do direito do trabalho.
- (B) a Consolidação das Leis do Trabalho consigna que, havendo conflito entre acordo e convenção coletiva, as condições estabelecidas em convenções coletivas, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em acordo.
- (C) o Tribunal Superior do Trabalho entende pacificamente que ofende o princípio do duplo grau de jurisdição a decisão do próprio TST que, após afastar a decadência em sede de recurso ordinário, aprecia desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- (D) o Tribunal Superior do Trabalho entende pacificamente que o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção que pode favorecer a qualquer das partes da relação empregatícia, de modo que o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado.
- (E) o Tribunal Superior do Trabalho entende pacificamente que ofende o direito adquirido e o princípio da irredutibilidade salarial a reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, que repercuta na satisfação do respectivo adicional.

— QUESTÃO 53 —

Tendo como temática a duração e jornada de trabalho, e apoiando-se nos dispositivos da CLT e a jurisprudência pacífica do TST, deve-se considerar que

- (A) o trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, obriga a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora, computando-se os intervalos de descanso na duração da jornada de trabalho.
- (B) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
- (C) o regime de revezamento viabiliza que, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de vinte e quatro horas, com prejuízo do intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, sejam remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.
- (D) a eventual supressão ou redução do intervalo intrajornada por ato unilateral do empregador é, a princípio, inválida, porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública, ressalvada, nada obstante, disposição diversa em negociação coletiva.
- (E) o empregado submetido à jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, que compreenda a totalidade do período noturno, tem direito ao adicional noturno, relativo às horas trabalhadas, exceto no período que compreender após as cinco horas da manhã.

— QUESTÃO 54 —

Algumas atividades laborais estão relacionadas a situações que envolvem periculosidade ou insalubridade, que merecem maior atenção do legislador e do aplicador da lei no caso concreto. Neste sentido,

- (A) o trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa; podendo ser consideradas perigosas, por exemplo, as atividades de trabalhador em motocicleta.
- (B) o trabalho dos eletricitários exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade nos termos da Lei n. 7.369/1985, ressalvado o cômputo efetivo da proporcionalidade em relação ao seu pagamento.
- (C) o adicional de periculosidade é devido aos empregados cabistas, instaladores e reparadores de linhas e aparelhos de empresas de telefonia, em razão do exercício de suas funções, ainda que não fiquem diretamente expostos a condições de risco equivalente ao do trabalho exercido em contato com sistema elétrico de potência.
- (D) o pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco, não dispensa a realização da prova técnica exigida pelo art. 195 da CLT, uma vez que não torna incontroversa a existência do trabalho em condições perigosas.
- (E) o simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador o exime do pagamento do adicional de insalubridade, pois configura medida que conduz à diminuição ou eliminação da nocividade, incumbindo somente ao empregado tomar as providências para o uso efetivo do equipamento fornecido.

— QUESTÃO 55 —

No que tange à organização e às atribuições da Justiça do Trabalho previstas na Constituição da República, na CLT e disciplinadas pela jurisprudência do STF e TST, compete

- (A) ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), dividido em turmas, especialmente, processar e julgar originariamente as revisões de sentenças normativas.
- (B) à Justiça do Trabalho processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas
- (C) à Justiça do Trabalho conciliar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) à Justiça do Trabalho apreciar pedido de complementação de pensão postulada por empregado ou ex-empregado, por se tratar de pedido que deriva do contrato de trabalho.
- (E) à Justiça do Trabalho apreciar e julgar ações oriundas de lide entre o trabalhador e a Caixa Econômica Federal, versando sobre pagamento de correção monetária dos valores depositados na conta vinculada do FGTS.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 56 —

Analizando a sistemática recursal no âmbito do processo trabalhista, pode-se concluir o seguinte:

- (A) o Recurso Ordinário é cabível para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias, exceto no que tange aos dissídios coletivos, sujeitos à normatização específica.
- (B) a Antecipação da Tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. O agravo é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso, interposto perante o juízo prolator, ou excepcionalmente perante o Tribunal competente.
- (C) o *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando a ação rescisória, a ação cautelar e o mandado de segurança, mas não os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) a Deserção do recurso manifesta-se de modo inequívoco e irretratável pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, salvo a situação, devidamente comprovada, em que a diferença em relação ao *quantum* devido seja ínfima, referente a centavos.
- (E) o Recurso de Revista é cabível para o TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 57 —

Leia o excerto que se segue.

Segundo o primeiro recenseamento oficial de Goiás, do ano de 1804, o número de escravos representava 37,74% da população total da Capitania, enquanto, em 1736, apesar de não se poder determinar a proporção exata da população, o número de escravos em Goiás não deveria ser inferior a 60 ou 70%.

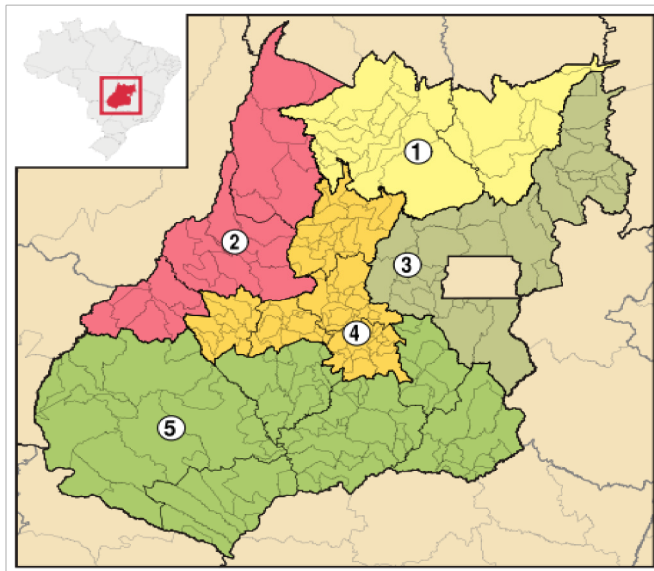
PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Ana. *História de Goiás*. 4. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1986. p. 30-34. (Adaptado).

A redução do número relativo de escravos em Goiás, ao longo do século XVIII, decorreu, entre outros fatores,

- (A) do aumento da produtividade do trabalho escravo, via incremento dos atos de violência, o que requeria um número menor de cativos para realizar as mesmas atividades.
- (B) do crescimento do número relativo de brancos, que, avessos à miscigenação, impediram a ocorrência de um número expressivo de indivíduos pardos ou mulatos.
- (C) da concessão da alforria a um grande número de escravos, nesse período, devido às leis abolicionistas e à compra da liberdade por parte do governo colonial.
- (D) do incremento do número relativo de indígenas, uma vez que estes, ao contrário dos negros de origem africana, não sofriam as sequelas do trabalho compulsório.
- (E) da diminuição ou estancamento na importação de escravos no final desse período, em razão da decadência da produção das minas e da insuficiência de créditos.

— QUESTÃO 58 —

Introduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o conceito de mesorregião corresponde a uma subdivisão dos estados brasileiros que agrupa inúmeros municípios com certas singularidades naturais e sociais. No mapa, encontram-se representadas as cinco mesorregiões de Goiás.



Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_mesorregi%C3%B5es_de_Goi%C3%A1s>. Acesso em: 17 set 2014.

A região indicada pelo número

- (A) 1, correspondente ao Norte de Goiás, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de floresta tropical, relevo de planalto e rios da bacia hidrográfica do Tocantins.
- (B) 2, correspondente ao Noroeste de Goiás, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de Cerrado, relevo de planície e rios da bacia hidrográfica do Araguaia.
- (C) 3, correspondente ao Leste de Goiás, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de Caatinga, relevo de planalto e rios da bacia hidrográfica do São Francisco.
- (D) 4, correspondente ao Centro de Goiás, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de Cerrado, relevo de planície e rios da bacia hidrográfica do Meio Norte.
- (E) 5, correspondente ao Sul Goiano, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de mata Atlântica, relevo de planície e rios da bacia hidrográfica do Paranaíba.

— QUESTÃO 59 —

Um importante marco na história do estado de Goiás se deu no ano de 2001, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – instituição que desenvolve atividades para a proteção e conservação do patrimônio natural e cultural – finalmente declarou, como Patrimônio da Humanidade,

- (A) o ecossistema do Cerrado.
- (B) a cidade de Pirenópolis.
- (C) o Parque Estadual da Serra dos Pirineus.
- (D) o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.
- (E) o Centro Histórico da Cidade de Goiás.

— QUESTÃO 60 —

Em Goiás, a Revolução de 1930 foi uma revolução importada, sem raízes próprias na região. Apesar disso, ela teve uma significação profunda, marcando uma nova etapa na história do estado. Entre os legados mais imediatos da Revolução de 1930, em Goiás, destaca-se

- (A) a construção de Goiânia e a mudança da capital, como marco inicial dessa nova etapa, símbolo do progresso e do desenvolvimento do estado.
- (B) o avanço na democratização do poder no estado, cujo exercício contou com ampla e efetiva participação popular e eleições livres e diretas.
- (C) o impulso no processo de crescimento econômico em todo o estado, com o predomínio dos setores industriais e de serviços sobre o setor rural.
- (D) a harmonização das relações entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o que resultou no fortalecimento e na autonomia desses poderes.
- (E) o fim da dependência do estado em relação ao governo federal, o que abriu caminho para uma exitosa política de desenvolvimento por vias próprias.

— RASCUNHO —

ADVOGADO**— QUESTÃO 1 —**

Conforme disciplina o artigo 175 da Constituição Federal, “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.” Com base no exposto, disserte sobre os serviços públicos, expondo o conceito, a classificação, a regulamentação, as formas e a competência de prestação.

(10 pontos)**— QUESTÃO 2 —**

O réu no processo civil é chamado a figurar na lide por intermédio da citação, para então ingressar formalmente no feito judicial, quando passará a ser-lhe assegurada participação em todos os seus atos e trâmites. Neste sentido, a defesa do requerido pode ser substancial (de mérito) ou processual. Quanto a esta última, conceitue e discorra acerca da defesa processual no âmbito do processo civil, abordando necessariamente as espécies defesa processual peremptória e defesa processual dilatória, citando ao menos dois exemplos de cada.

(10 pontos)**— RASCUNHO —**

RASCUNHO

[illegible]

RASCUNHO

[illegible]